

## Discurso de Mário Soares sobre a criação do Espaço Económico Europeu (Lisboa, 29 Outubro 1990)

**Caption:** A 29 de Outubro de 1990, por ocasião da visita de Estado a Portugal de Mauno Koivisto, Presidente da República da Finlândia, Mário Soares, Presidente da República Portuguesa, pronuncia no Palácio da Ajuda, em Lisboa, um discurso no qual elogia os méritos de um grande Espaço Económico Europeu (EEE) entre os Estados membros da Comunidade Económica Europeia (CEE) e aqueles da Associação Europeia de Comércio Livre (AECL).

**Source:** SOARES, Mário. *Intervenções*. Volume 5. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991. ISBN 972-27-0434-6.

**Copyright:** (c) Imprensa Nacional-Casa da Moeda

**URL:**

[http://www.cvce.eu/obj/discurso\\_de\\_mario\\_soares\\_sobre\\_a\\_criacao\\_do\\_espaco\\_economico\\_europeu\\_lisboa\\_29\\_outubro\\_1990-pt-de72efdb-a56d-4091-afe8-657e9c2d18b2.html](http://www.cvce.eu/obj/discurso_de_mario_soares_sobre_a_criacao_do_espaco_economico_europeu_lisboa_29_outubro_1990-pt-de72efdb-a56d-4091-afe8-657e9c2d18b2.html)

**Publication date:** 22/10/2012

## Para um espaço económico europeu: CEE e EFTA \*

É para mim um grande prazer poder dar hoje as boas vindas a Vossa Excelência, a sua Mulher e à ilustre comitiva que o acompanha e dizer-lhe quanto nos honra receber, em Portugal, pela primeira vez em visita de Estado, o legítimo representante do povo da Finlândia, um povo amigo do outro extremo da Europa. A distância que separa os nossos dois países e as próprias circunstâncias políticas que têm rodeado a história de Portugal e da Finlândia, desde meados deste século, não têm favorecido a proximidade de contactos que seria desejável.

Na verdade, o facto de Portugal ter estado submetido a uma prolongada ditadura e a posição de reserva que a Finlândia legitimamente adoptou, afastando-se das organizações de segurança europeias, porventura terão contribuído para um menor desenvolvimento do nosso relacionamento.

Esta visita surge, porém, numa conjuntura internacional extremamente favorável e terá de ser por ambos os países utilizada para impulsionar o estreitamento de relações que se impõem, a todos os níveis e nas mais diversas áreas.

Penso que se deve aproveitar, para este efeito, a fecunda experiência que foi a nossa convivência como parceiros leais e empreendedores no seio da EFTA, à qual não podemos deixar de nos sentir ligados pelo que de proveitoso trouxe para o nosso desenvolvimento e de que ainda hoje beneficiamos através do «Fundo da EFTA para o Desenvolvimento Industrial».

Nos dois últimos anos, o relacionamento bilateral a nível económico tem dado sinais de aumentar : No período de 1989 os investimentos finlandeses em Portugal cresceram cinco vezes e as exportações portuguesas para a Finlândia aumentaram 51%, de Janeiro a Agosto deste ano em relação a período idêntico do ano transacto. São números que falam por si e que revelam o muito que há por explorar, em proveito mútuo, no campo das relações bilaterais.

Senhor Presidente: A posição que ao longo dos últimos anos a Finlândia tem sabido manter na cena internacional, não pode deixar de ser entendida no contexto próprio que a viu nascer e que se prolongou até há bem pouco tempo.

Temos hoje de reconhecer, face às grandes transformações democráticas ocorridas na Europa de Leste, que a sabedoria dos Presidentes Paasikivi e Kekkonen veio afinal a ser o esteio principal da salvaguarda da independência da Finlândia e do seu desenvolvimento democrático.

Constituiu esse percurso, tendo em conta o grande vizinho de Leste, uma proeza histórica digna de registo, que não poderíamos deixar passar em claro sem o nosso público reconhecimento e saudação.

Daquela mesma sabedoria e realismo me pude dar conta, em múltiplas oportunidades, designadamente nas inúmeras conversas com o meu querido amigo Kalevi Sorsa e, mais recentemente, quando da União Soviética, que então ia visitar oficialmente. As impressões que pude recolher, de modo franco e aberto, junto de Vossa Excelência e de membros do seu Governo, foram elementos extremamente úteis para uma melhor compreensão das transformações por que então passava já aquele país e contribuíram para arreigar em mim, de uma maneira ainda mais forte, a convicção da sinceridade dos propósitos do Senhor Gorbachev e do seu firme desejo de levar a cabo rapidamente o processo irreversível de modernização da sociedade soviética.

Ninguém ousaria, então, pensar que na URSS se viriam a debater publicamente os méritos da implantação de uma sociedade democrática pluralista e de economia liberal ou que os seus dirigentes encarariam – pelo menos teoricamente – a hipótese de participar futuramente numa NATO renovada ou que consentiriam e promoveriam a reformulação do próprio Tratado da União.

De igual modo ninguém sonharia que o muro de Berlim estaria prestes a cair - bem como a cortina de ferro - e que a Alemanha finalmente conseguiria chegar à sua tão ansiada unificação.

Inverosímil seria igualmente admitir que os Estados bálticos viriam a proclamar corajosamente o seu anseio de independência, desafiando abertamente os equilíbrios políticos traçados no pós-guerra à revelia das legítimas aspirações dos seus povos.

Pouco tempo decorreu, na verdade, desde essa altura. Mas quanto progresso se operou no último ano!

É verdade que os Povos continuam a ansiar por um desenvolvimento económico que lhes assegure que será irreversível o seu regresso ao mundo livre. Porque - como se sabe - a democracia e a liberdade são vãs e estão sempre em risco se não assentarem numa sólida base económica que permita aos povos valores mínimos de bem estar e de justiça social.

A Europa dos Doze, polo de estabilidade e de progresso económico, em liberdade e em paz — em pleno processo de aprofundamento institucional — será naturalmente chamada, neste contexto, a desempenhar um papel de relevo. Factor dinâmico da arquitectura da nova Europa, a Comunidade permanece fiel ao espírito de abertura e solidariedade que foi timbre dos seus pais-fundadores e que é hoje parte integrante do inestimável legado cultural e humano que afinal todos em comum partilhamos.

Os planos de auxílio à Europa Central e Oriental, já em preparação ou em fase de execução, são a manifestação mais tangível dessa vontade política.

As próprias negociações actualmente em curso com os países da EFTA, para a criação e concretização do ambicioso projecto do Espaço Económico Europeu e a reflexão que, por outro lado, se está a processar sobre a institucionalização futura da CSCE e sobre a reformulação da NATO e dos sistemas de defesa europeia, são expressão do fértil debate que os europeus — todos os europeus — travam, buscando um rumo e um futuro para o seu velho Continente, que lhe dê a voz audível no Mundo a que tem jus pela sua fecunda civilização.

Encontramo-nos, assim, perante uma encruzilhada história decisiava. Ao desaparecerem do mapa as antigas estruturas políticas e ideológicas em que assentava o sistema de relações internacionais que agora atingiu o seu ponto de esgotamento, muitos dos princípios e noções com que nos habituámos a viver e tínhamos por imutáveis, tornaram-se subitamente desadequados. Há alianças políticas e de defesa que ficaram de uma dia para o outro desactualizadas, visto que deixou de haver inimigo. A prioridade da segurança é agora substituída pela exigência da cooperação e do desenvolvimento. Temos de saber dar forma a este novo factor que é o da interdependência económica e política dos Estados e Nações da Europa dos nossos dias.

Por outro lado, há um novo conceito de partilha de soberania que está a surgir na Comunidade e cujos contornos é preciso valorizar. São novas responsabilidades que têm de ser por todos livremente assumidas, partilhadas e exercidas, com vista à harmonização de políticas da mais diversa natureza, com relevo para a defesa do ambiente natural. Tudo isto são opções estratégicas vitais que têm de ser estudadas e tomadas em conjunto. Só assim poderemos ter a certeza de que está definitivamente ultrapassada a possibilidade de regresso ao passado, em que equilíbrios conjunturais e conflitos regionais se alternavam sucessivamente, fruto de intransigências e radicalismos ideológicos e nacionalistas irremediavelmente ultrapassados.

Trata-se, no fundo de, estimular a renovação do tecido interno de uma nova Europa alargada, fazendo triunfar o pragmatismo, o bom senso e o realismo políticos. Seria imperdoável que por falta de lucidez de visão criadora, de coragem política nos faltasse o ânimo e o rasgo e desperdiçássemos, na presente conjuntura, toda a força criativa que acompanha e impulsiona este turbilhão que está a marcar a viragem do século.

Estou certo de que a Finlândia, sob a ilustre presidência de Vossa Excelência, dará a todo este processo uma contribuição de incedível valor, à altura das realizações que, no plano interno, levou a cabo nas últimas décadas, e enriquecerá todo este debate com os frutos de experiência adquirida não só no âmbito da EFTA, como no contexto da cooperação dos países nórdicos e das suas sábias relações com o seu grande vizinho soviético.

Senhor Presidente: Outros desafios, porém, pedem a nossa atenção.

É assim forçoso referir as perspectivas animadoras que se abrem com a libertação dos recursos outrora canalizados para as avultadas despesas com o armamento intensivo. Muito há a esperar em benefício dos povos mais desfavorecidos, para quem grande parte dessas verbas devem ser canalizadas a fim de financiar projectos estruturais de desenvolvimento.

Os países da África Austral, designadamente Angola e Moçambique, onde processos de pacificação interna – que apoiamos – estão actualmente em curso, deverão, uma vez alcançada a paz definitiva, vir a beneficiar deste tipo de auxílio.

A este propósito, não posso deixar de manifestar a Vossa Excelência o enorme apreço que sentimos pela louvável posição que a Finlândia desde há longo tempo vem adoptando, de contribuir com percentagem apreciável do seu PNB em variados projectos de desenvolvimento, designadamente sob a égide da ONU, em diversas áreas do globo, e que tem beneficiado inclusivamente países de língua oficial portuguesa.

Não tem, no entanto, a Finlândia limitado a sua intervenção na cena internacional à ajuda ao desenvolvimento. O seu país, Senhor Presidente, tem contribuído militarmente, de modo regular e exemplar, para a quase totalidade das operações de paz levadas a cabo pelas Nações Unidas.

Este tipo de intervenção, no quadro da presente crise no Golfo, não pode deixar de nos suscitar uma breve reflexão. A anexação militar do Kuwait — unanimemente condenada pela comunidade internacional — é um exemplo do risco que se corre de ver eclidir conflitos regionais de gravidade em vários pontos do globo, em flagrante violação dos mais elementares princípios do Direito Internacional, sem que para tal seja previsível existir resposta imediata apropriada. Cremos ser chegada a altura de repensar mais uma vez o sistema de actuação das forças de intervenção multilateral das Nações Unidas, de molde a poder dar-se devido apoio ao crescente papel que esta instituição tem vindo a assumir nos últimos tempos.

Só assim as nações Unidas — e o que elas representam para a comunidade internacional como garantia da paz e do direito internacional — estarão ao abrigo da impotência e do desprestígio, com as imprevisíveis consequências que daí adviriam para todos, designadamente com risco de reincidência de crises regionais graves por infractores que se recusam a observar as regras do direito internacional e que se sentem estimuladas pela impunidade, ou melhor pela impossibilidade de lhes ser exigido o cumprimento de decisões obrigatórias adoptadas no quadro das nações Unidas.

Neste contexto, não posso deixar de referir um ponto que nos toca particularmente : o caso de Timor-Leste. Também aqui estamos perante uma inaceitável anexação militar, que veio interromper o normal desenvolvimento de um processo de autodeterminação, com desrespeito pelas resoluções então adoptadas pelo Conselho de Segurança e pela Assembleia Geral da ONU, impedindo assim o Povo de Timor-Leste de exercer o seu legítimo direito à autodeterminação e à independência, fiel à identidade do seu destino nacional.

Estamos certos de que a Finlândia não deixará de ser sensível neste caso, como tem sido noutros idênticos, à situação de flagrante violação dos direitos humanos e políticos neste território.

Senhor Presidente : São tempos de mudança, os tempos que vão correndo. Paraphraseando Camões, o maior poeta português, diria que « mudam os tempos, mudam as vontades ». Mas permanecem imutáveis os ideais que continuam a mover os homens e os povos : a Paz, a Liberdade, a Justiça, o respeito pelo Direito, o Progresso, a Solidariedade...

Tudo aquilo, aliás, por que se lutou e começou a ter êxito, num contexto bem diferente, em 1975, com a Acta Final de Helsínquia.

É invocando esse espírito de Helsínquia, que encarna esta viragem do século, que eu quero erguer a minha taça, pedindo a todos que me acompanhem num brinde por um futuro de paz, pelas felicidades pessoais do

Senhor Presidente Mauno Koivisto e da sua Esposa e pelo estreitamento das relações de amizade e cooperação entre Portugal e a Finlândia.

\* Discurso proferido no Palácio da Ajuda, em 29 de Outubro de 1990, durante a visita de Estado do Presidente da República da Finlândia, Koivisto.